

16. MOÇÃO PELA VALORIZAÇÃO DO PAPEL DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS DAS FREGUESIAS NO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO

Submete-se a moção pela valorização do papel dos Órgãos Autárquicos das Freguesias no processo de reorganização administrativa do território.

MOÇÃO

Pela valorização do papel dos órgãos autárquicos das Freguesias no processo de Reorganização Administrativa do Território

1. Considerando que a agregação de Freguesias decorre da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das Freguesias;
2. Considerando que a Lei nº 39/2021, de 24 de junho, define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, revogando a Lei nº 11-A/2013;
3. Considerando que a Câmara Municipal tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias, e com os órgãos eleitos;
4. Tendo em conta que a criação, modificação e extinção de Freguesias deve visar o Melhor para as populações e para o território, devendo estar sujeita a uma apreciação casuística da solução mais ajustada a cada território, que pode passar pela manutenção da situação atual, pela reversão da agregação concretizada em 2013 ou, até, pela formulação de novos modelos de agregação;
5. Considerando que atualmente existem Juntas de Freguesia que no que respeita ao número de eleitores, possuem um número de eleitores inferior ao exigido na Lei nº 39/2021, de 24 de junho: *“O número de eleitores não pode ser inferior a 750 eleitores por freguesia,”* conforme estabelece a alínea a) do nº 1 do artº 7º;

6. Considerando que atualmente existem Juntas de Freguesia que no que respeita à dimensão do seu território, possuem dimensão inferior ao exigido na Lei nº 39/2021, de 24 de junho: *“O critério território deve ter em conta os seguintes requisitos: a) A área da freguesia não pode ser superior a 25 /prct. da área do respetivo município; b) Nas freguesias urbanas, a área não pode ser inferior a 2 /prct. da área do município; c) O território das freguesias é obrigatoriamente contínuo. 3 - Os critérios referidos nos números anteriores são cumulativos.”* conforme estabelece o nº 2 do artº 7º;
7. Considerando que os Órgãos Autárquicos das Freguesias merecem toda a colaboração, consideração e relevância reforçada pelo seu poder de representatividade que emana da vontade expressa pelas populações, devendo caber a estes, em primeira instância, o poder de decisão sobre o melhor formato administrativo que envolva cada um dos territórios;

A Câmara Municipal de Braga, reunida a 14 de novembro de 2022, exorta o Governo de Portugal e a Assembleia da República a atenderem ao legítimo empoderamento dos órgãos autárquicos das Freguesias (que legitimamente representam as populações que os elegeram), procedendo à revisão da legislação, de forma a permitir uma maior clareza e equidade da aplicação dos critérios estabelecidos face à situação global de todas as Juntas de Freguesia atualmente existentes.